

SUPERNOVA

boletim informativo do CEFISMA

Produção do centro acadêmico da física USP (CEFISMA)

Maio 2026

- Carta a um professor sem memória... pág. 2** *por Luiz G S Almeida*
por Emerson Martins
 Lembremos de alguns professores que foram impedidos de dar aulas durante o regime empresarial-militar.
- O Analfabeto Político pág. 12**
por Douglas J. Vieira
 Instaura-se um ambiente de guerra: uma guerra dos afetos.
 Portanto, com esse cenário de desmonte e negação de conquistas históricas, somos atingidos por um inimigo nada inédito.
- Onde vive a memória? pág. 3**
por Maria Dressano
 Falo sobre a profunda dor que me toma e que com certeza é sentida pelo restante do corpo discente.
- Apertem os cintos, o reitor sumiu! .. pág. 12**
por Camila Leite
 No cinema, a gente ri. Na vida real, a gente está em greve.
- Em toca de gambá não se mete o nariz. pág. 4**
por Kel
- Coletânea de Registros pág. 14**
- Por que tudo está uma merd*? pág. 5**
por Elisa Torrecilha
 Atravessando a maioria dessas pautas (se não todas), está o orçamento da USP.
- Repases pág. 17**
 Repasse dos RDs das reuniões de abril da COC-B e Congregação e de maio do CTA e da CG. Repasse financeiro do CEFISMA de abril.
- Insurgência e sujeito: Um ode à política da autonomia pág. 9**
- Trabalho Editorial pág. 22**



Gostaria de enviar a sua contribuição para o
Boletim Supernova?

Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através
 do QR code!



Carta a um professor sem memória

Em reunião realizada entre estudantes e professores do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, no dia 24 de abril, para tratar da greve estudantil, um professor teria dito que nem na ditadura ele tinha sido impedido de dar aula - em referência ao piquete realizado pelos alunos. Diante de afirmação tão grave achei por bem escrever esse artigo para lembrar de alguns professores que foram impedidos de dar aulas durante o regime empresarial-militar que vigorou no nosso país entre 1964 e 1985 e, quem sabe, refrescar a memória do professor sobre este período sombrio da nossa história.

Mário Schenberg (1914 - 1990)

Considerado o maior físico brasileiro, Mário Schenberg tornou-se professor catedrático de Mecânica Racional e Celeste em 1944. Entre 1953 e 1961 foi diretor do Departamento de Física da USP. Em 1969 foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional no AI-5.5 (AI-5) e foi impedido de frequentar a universidade. Só retornou à USP em 1979, com a anistia.

Jayme Tiomno (1920 - 2011)

Expoente da física nuclear no Brasil, Tiomno foi fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), onde foi professor titular. A convite de Darcy Ribeiro, tornou-se professor da Universidade de Brasília (UnB), assumindo o cargo em 1965. Em agosto de 1968, tropas do Exército invadem o campus da UnB, arrombam salas de aula e espancam alunos e professores. A ação dos militares é condenada pela opinião pública e os professores ameaçam pedir renúncia coletiva, o que poderia inviabilizar o funcionamento da universidade. Assim como Schenberg, Jayme Tiomno foi aposentado compulsoriamente em 1969 pelo AI-5.

Elisa Frota Pessoa (1921 - 2018)

Segunda mulher a se graduar em física no Brasil, Elisa também foi fundadora do CBPF e professora da UnB. Em 1965, ela e mais 222 docentes pedem demissão coletiva em protesto contra a repressão política. Transferiu-se para a USP, mas foi aposentada compulsoriamente pelo AI-5, em 1969. Casada com Jayme Tiomno, foram trabalhar na Europa e nos EUA.

Ernst Wolfgang Hamburger (1933 - 2018) e Amélia Império Hamburger (1932 - 2011)

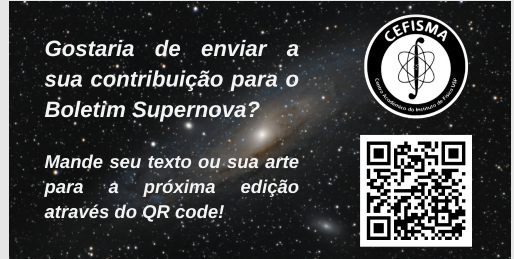
Ernst Hamburger nasceu em Berlim em 8 de junho de 1933. Filho de judeus, veio com os pais para o Brasil com três anos de idade, fugindo do nazismo. Conheceu Amélia ainda na graduação, no curso de Física da USP. Casaram-se em 1956 e tonaram-se professores da USP em 1962 e 1964, respectivamente. Com o golpe militar, resolvem emigrar para os EUA, onde já haviam morado entre 1957 e 1959. Decidem retornar ao Brasil em 1967. Em 1970 o casal é preso e torturado pelo apoio prestado a pessoas perseguidas pelo regime. O episódio é descrito no filme "O ano em que meus pais saíram de férias", de Cao Hamburger, filho do casal.

Poderia citar ainda **Moysés Nussenzweig (1933 - 2022)**, que embora não tenha sido diretamente perseguido, se impôs uma espécie de auto-exílio, permanecendo nos Estados Unidos de 1963 a 1975, tendo recusado convites para trabalhar no Brasil por considerar que a situação política brasileira não oferecia segurança. Além disso, em 1969, acolheu o estudante Luiz Davidovich na Universidade de Rochester, após este ter sido expulso e impedido de se matricular em qualquer universidade brasileira pelo Decreto 477. O Decreto punia a participação em greves, paralisações, organização de eventos não autorizados ou atos "contrários à moral e à ordem pública".

Pelo que se vê, não faltam exemplos de professores perseguidos e impedidos de exercer sua profissão por governos ditatoriais que suprimem as liberdades individuais, torturam e matam dissidentes. O que tem faltado mesmo são professores da mesma estatura - ética e intelectual - dos que eu citei acima. Estes são raríssimos.

Sobre o autor:

Emerson Martins é funcionário do Instituto de Física e diretor de base do SINTUSP



Onde vive a memória?

Diante dos ataques brutais e covardes que os estudantes da ocupação da reitoria sofreram na madrugada do dia das mães, me enxergo em uma posição vulnerável, não apenas como estudante, mas como ser humano.

Esse não é um texto jornalístico ou informativo, não irei tratar sobre fatos cronologicamente, ao invés disso falo pela primeira vez no Supernova em primeira pessoa, falo sobre a profunda dor que me toma e que com certeza é sentida pelo restante do corpo discente.

Estando presente na paralisação do dia 14 e brevemente no espaço ocupado da reitoria um dia antes da invasão, me é muito intrigante observar a forma que a juventude política da maior Universidade da América Latina escolhe se manifestar. Tudo escorre humanidade: pessoas cantando, dançando e balançando um céu de bandeiras, com algo flamejante que não sei muito bem como denominar, mas que afoga tudo, que me faz questionar curiosamente o que há nessas pessoas que escolheram protestar com arte e vida, com o mais essencial e de certa forma ingênuo, intocado ainda pela precarização da alma.

Não sei dizer pelo o que a maioria dos estudantes do Instituto de Física escolheram esse curso, a troca do que tomaram uma curva não

muito usual e optada. Sei que escolhi por amor e não havia outro caminho. Mas acima disso, acima da escolha de carreira e das ameaças da diretoria do nosso próprio instituto sobre a continuação da greve, não existe vida, não existe arte, não existe dança ou cor, se não houver a desilusão do indivíduo como um objeto separado. Não há como enxergar-se independente, como algo que flutua e não toca nada, o mundo não funciona dessa maneira, estamos a todo tempo estendendo nossa existência pela existência do outro, por esse algo que une e interliga.

Estamos unidos aos estudantes feridos na madrugada do dia 10, e devemos continuar dizendo "madrugada" ao citar os eventos, pois não foi pela manhã, não foi em um horário civilizado e justo, a atuação ocorreu com o solo objetivo de reprimir, ferir e acovardar a manifestação estudantil. Se isso não nos mobiliza, se isso não nos toca, então o que resta?

Não podemos produzir ciência em uma Universidade marcada por violência, não podemos prosseguir enquanto muitos ficam para trás.

Agora, estando no meu quinto semestre na física, tenho sérias dúvidas sobre o quanto a comunidade de professores do IFUSP de fato preza pela ciência. Principalmente quando não

lidamos apenas com o cenário tumultuado e alarmante da greve, mas também com constantes intimidações dos docentes, com ameaças como a reprovação de toda uma turma por faltas ou que se não votassem contra a greve no instituto seriam penalizados.

Citando aqui o discurso da Diplomação da Resistência escrito por Triz Persoli em novembro de 2025, em homenagem aos assassinados e perseguidos pela ditadura, me pergunto o lendo

novamente: Onde, de fato, vive a memória?

Imagino que não viva em meio a nossos professores, imagino que não viva na consciência de nossa diretora, imagino que não viva na dinâmica massacrante que rege o Instituto de Física.

Espero, então, mantê-la viva aqui.

Sobre o autor:

Maria Dressano é aluna do bacharelado e se lembrará.

Em toca de gambá não se mete o nariz



Em toca de gambá não se mete o nariz

Kel

Por que tudo está uma merd*?

Nas últimas semanas, passamos por uma greve de funcionários seguida quase imediatamente por uma greve de estudantes, que vigora até o momento de escrita deste texto. As pautas estudantis gerais declaradas pelo DCE foram:

1. PAPFE de um salário mínimo paulista e reajuste salarial para os funcionários;
2. Revisão dos parâmetros de sustentabilidade e paridade nos conselhos;
3. Fim da minuta dos espaços estudantis;
4. Cotas Trans e PDC, vestibular indígena;
5. BUSP para as terceirizadas;
6. Ampliação de vagas e reforma do CRUSP;
7. Bandeirão Dignol Pela desterceirização.

Atravessando a maioria dessas pautas (se não todas), está o orçamento da USP, e, apesar desta importância, sinto que o tema ainda não é conhecido pela maioria dos estudantes (inclusive por mim, antes de escrever esse texto), e muitas vezes é delegado aos setores mais envolvidos do movimento estudantil.

Desta forma, meu objetivo é esclarecer, tão pedagogicamente quanto me for possível, as obscuras questões orçamentárias usadas como justificativa para a precarização da universidade e de outros serviços públicos. Infelizmente, assim como nas ciências (e talvez por motivos menos honestos), é difícil fugir da densidade do assunto, então peço ao leitor que desligue seu celular, pegue um café e leia com a devida atenção o texto abaixo.

Também devo notar que vou ter que fazer algumas simplificações, o tema é extenso demais para ser tratado na íntegra em um só boletim (e demandaria muito mais tempo de pesquisa da minha parte). Nesse sentido, começo traindo meus colegas marxistas suprimindo uma discussão de conjuntura global, que envolve o começo do neoliberalismo e a popularização de teorias (pseudocientíficas) de austeridade fiscal, em particular através do FMI, temas que pode-

rão compor futuros textos para o boletim.

I. Os terríveis tetos de gastos

Para começar, temos que entender o orçamento público: os gastos públicos são divididos entre não obrigatórios (ou discricionários, em economês) e obrigatórios. No primeiro caso, temos tudo aquilo que não é assegurado por lei, e depende da disponibilidade do orçamento, como investimentos em indústria, infraestrutura e pesquisa científica, no segundo, temos o que é previsto por lei, o que inclui o pagamento de salários, aposentadorias e os pisos da saúde e educação.

O que são esses pisos? Nossa constituição prevê um valor mínimo obrigatório a ser gasto com educação e saúde. Estes valores são calculados a partir de uma porcentagem da arrecadação de impostos, e devem ser incluídos no orçamento da união (o nível federal), dos estados e dos municípios. Ou seja, grosso modo, com o crescimento da economia, a arrecadação aumenta e, imediatamente, há um aumento no orçamento para educação e saúde, previsto por lei.

Dada a regra que tudo que é obrigatório deve ser pago, os governos tinham certa liberdade para gerir os demais gastos. Este sistema vigorou (com vários percalços, especialmente no governo FHC, mas não pretendo ser extensiva), até o golpe contra a Presidente Dilma, quando Michel Temer assume o cargo e apresenta o teto de gastos, uma proposta de emenda à constituição (PEC), que foi aprovada pelo mesmo congresso e senado que derrubou a presidente.

Com o teto, os gastos da união em despesas primárias ficariam congelados por 20 anos, sendo apenas reajustados pela inflação. O que são as despesas primárias? Saúde, educação, infraestrutura, segurança, programas sociais (como o bolsa família), manutenção da máquina pública, ciência etc. Ou seja, eliminando o cresci-

mento real em tudo que a população de fato utiliza, congelando salários e impedindo novos gastos em infraestrutura ou investimento em indústria e ciência. E o que não são gastos primários? Os chamados gastos financeiros, essencialmente pagamento de juros e amortização da dívida pública. Sim, o teto de gastos não toca nos gastos financeiros do Estado.

É claro que o teto de gastos foi alvo de fortes críticas por parte da esquerda: sendo apelidado de “PEC do fim do Mundo” ou “PEC da Morte”, se tornou tema de diversos protestos, que foram violentamente reprimidos pelo Estado. Bolsonaro mantém o teto durante seu governo, porém o fura por causa da pandemia e para criar vários benefícios sociais pouco antes do período eleitoral [1]. Em 2022, Lula concorre às eleições. Durante sua campanha, critica o teto de gastos de Temer e, em seu discurso de posse, promete revogá-lo [2].



Protestos contra a PEC do fim do mundo no Rio de Janeiro. Foto de Fernando Frazão.

Lula vence a eleição, porém, ao invés de acabar com o teto, o governo federal o substitui. A política, escrita pelo Ministério da Fazenda de nosso colega de universidade, Fernando Haddad, é o chamado Novo arcabouço fiscal, apelidado de Novo teto de gastos pela oposição à esquerda do governo. Sua existência revoga o antigo teto de gastos de Temer, a princípio descongelando

os gastos, com alguns grandes poréns: os gastos públicos só podem crescer até 70% do crescimento real da economia e, mais importante, o crescimento dos gastos acima da inflação ao ano deve ser no máximo de 2.5% (com penalidades para o próximo período, se essas metas não forem atingidas).

Isto é muito ou pouco? Pouco. No governo Lula II (2007-2010), por exemplo, a taxa de crescimento de gastos era de cerca de 6% ao ano [3]. Daí, temos um efeito muito importante. Ao limitar a taxa de crescimento de gastos, o governo sufoca seus gastos não obrigatórios. Isto pois, ao passo que o crescimento de gastos é limitado por um percentual fixo, o crescimento de arrecadações não é. Lembra-se dos pisos que definimos lá em cima? Os gastos obrigatórios precisam, por lei, crescer com a arrecadação.

Assim, haverá um momento em que os gastos obrigatórios vão tomar boa parte do limite de crescimento, e o Estado brasileiro se torna novamente incapaz de investir em indústria, ciência, infraestrutura, programas sociais ou realizar a manutenção do serviço público. E qual é a solução dos liberais? Certamente não é acabar com o teto, taxar os super ricos ou acabar com inúmeras ajudas financeiras do governo aos grandes empresários; eles querem revogar o piso da saúde e educação.

Agora, o leitor, assim como eu quando comecei a pesquisar sobre o assunto, pode estar se perguntando: se estamos perdendo, quem está ganhando com tudo isso? Essa pergunta tem uma resposta clara, os chamados rentistas, isto é, pessoas que vivem de renda (não você, que tem seu dinheiro guardado na poupança ou no CDB!). Lembrem-se que o teto de gastos de Temer não compreendia os gastos financeiros do Estado? Isso segue verdade com o novo teto, só em 2025, o Estado pagou 1 trilhão (10^{12}) reais em juros da dívida pública [4]. Os grandes detentores de títulos da dívida ganham quando os

juros estão exorbitantes, enquanto todo restante da população perde. É uma manifestação da luta de classes na disputa pelo orçamento do Estado: quando os liberais defendem o Estado mínimo, saiba que é só para a classe trabalhadora.

Aqui, é importante notar que o Estado não é uma economia familiar. Não há necessidade de se gastar abaixo do que se arrecada, porém, em uma sociedade capitalista, só fará isso quando for do interesse da classe dominante. Na grande crise de 2008, por exemplo, os governos europeus e dos Estados Unidos injetaram trilhões de dólares na economia, salvando bancos e fundos de investimentos. Por outro lado, a China aumentou seus gastos públicos em cerca de 40 vezes em 25 anos, com os gastos superando as arrecadações do Estado há anos [5].

Concluindo, nosso país está atualmente preso em uma armadilha, na qual é incapaz de desenvolver sua indústria, ciência ou fornecer bem estar social para sua população, enquanto grandes banqueiros e investidores faturam milhões pelas altíssimas taxas de juros, as mesmas que consomem as rendas das mais pobres famílias brasileiras. Até agora não mencionei a USP, apesar de todos esses fatores afetarem a universidade, nossa realidade tem suas especificidades, que detalharei na próxima seção.

II. Parâmetros de sustentabilidade - O teto de gastos da USP

Primeiro, precisamos voltar um pouco no tempo, mais especificamente para a polêmica gestão do reitor João Grandino Rodas (2009-2013), que, além de expulsar alunos grevistas, algo que não era feito desde a ditadura [6], também foi responsável por destruir o orçamento da USP, começando várias obras que hoje estão inacabadas (vide prédio abandonado do P3) [7] e dando aumentos e bonificações fora da realidade para professores e funcionários. Com isso, Rodas consumiu cerca de 1.3 bilhão da reserva da USP (ou seja, além do orçamento anual) em seis meses

[8], e, se seguissem esse ritmo, esta reserva se acabaria em um ano.

Depois dessa desastrosa gestão, entra o reitor Marco Antônio Zago (2014-2018). Com a perfeita desculpa da irresponsabilidade de seu predecessor, Zago instaura uma verdadeira política de austeridade na USP e cria os, muito citados pelos setores mais sérios do movimento estudantil, parâmetros de sustentabilidade (que recomendo que todos leiam na íntegra, veja [9]), também apelidados de “PEC do fim da USP”, em referência à PEC de Temer. E no que consistia essa “PEC”? Efetivamente, programas de demissão em massa (através de programas de incentivo à demissão voluntária e exonerações), fim de novas contratações efetivas de funcionários (daí vemos a onda de bandejões terceirizados e sucateamento do HU), congelamento de salários e de outros gastos, com a aplicação de um teto de gastos de 85% da receita da USP.



Estudante sendo violentamente removido da ocupação da reitoria de 2011, gestão de Grandino Rodas. Foto de André Lessa.

A ideia era reduzir as despesas obrigatórias da universidade, principalmente com salários de funcionários, e recompor a reserva financeira gasta por Rodas. No momento, é possível afirmar que esta reserva foi de fato recomposta [10], porém, com fortes influências neoliberais, o teto de 85% se mantém. A reserva é expandida para

gerar renda para a universidade, ao invés de reverter este excedente para ampliação dos programas de inclusão e pertencimento, aumento de salários e novas contratações.

É importante ter em mente que a "PEC" do fim da USP também foi recebida com protestos e greve, que, assim como agora, também foram violentamente reprimidos.



Sindicato dos Trabalhadores da USP

Boletim Nº 26 - SP 08/03/2017 - Gestão: Sempre na Luta! Piqueteiros e Lutadores - 2017/2019

COM AS MÃOS SUJAS DE SANGUE, CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVA PEC DO FIM DA USPII

Manchete do boletim do SINTUSP relatando a aprovação dos parâmetros de sustentabilidade.

Agora, chegando à conclusão do texto, os problemas de financiamento da USP só vão acabar se seu orçamento obter um aumento substancial. Nos últimos anos, enquanto a USP se expandiu significativamente, criando novos campi, cursos e havendo um aumento na demanda de políticas de permanência, o percentual do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) recebido pela universidade não se alterou. A ideia de aumentar o percentual do ICMS recebido pelas universidades paulistas não é nova, mas foi barrada nos governos tucanos e dificilmente seria possível com o Tarcísio. Porém, temos uma oportunidade única agora: O ICMS vai acabar, se há um momento para negociar o financiamento das universidades paulistas é agora.

Até o momento, a proposta mais factível (na minha opinião) e que representa uma melhora qualitativa do orçamento, é que a USP receba uma porcentagem, assegurada pela constituição, de todos os impostos arrecadados pelo estado de São Paulo, não coincidentemente, da mesma forma que a FAPESP é financiada. Outros setores também defendem a troca do ICMS por outro imposto (mais estável) com um au-

mento do percentual destinado às universidades. Por fim, uma última proposta, e talvez o horizonte que devemos buscar, é que a USP não seja limitada por uma política orçamentária, mas sim que proponha seu orçamento ao Estado, e receba o que for necessário para atender todas suas demandas.

Em todo caso, podemos ter certeza que um aumento do orçamento das universidades paulistas, por ser uma pauta em completa oposição ao programa de austeridade do atual governo do estado, não virá sem luta. Neste sentido, cabe à nós, estudantes, pressionar a reitoria para que um acordo melhor seja alcançado, dando o recado que as coisas não podem continuar como estão.

Gostaria de enviar a sua contribuição para o Boletim Supernova?

Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através do QR code!



Referências

- [1] <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63653642>
- [2] <https://www.camara.leg.br/noticias/932451-lula-e-alckmin-desfilam-em-carro-aberto-pela-esplanada-acompanhe>
- [3] <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cruzada-de-haddad-contra-a-saude-e-educacao/>
- [4] <https://auditoriadada.org.br/conteudo/juros-da-divida-publica-federal-em-2025-superam-r-11-trilhao/>
- [5] <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/como-a-china-subverte-a-ortodoxia-economica/>
- [6] <https://www.cartacapital.com.br/politica/grandino-rodas-o-barbaro/>
- [7] <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2025/11/promessas-nao-cumpridas-obras-milionarias-da-praca-dos-museus-e-centro-de-convencoes-seguem-paradas/>
- [8] <https://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br/reitor-expoe-crise-e-diz-que-fundo-de-r-23-bi-da-usp-acabaria-em-2-anos/>
- [9] <https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-no-7344-de-30-de-maio-2017/>
- [10] <https://adusp.org.br/universidade/remuneracao-pessoal/#:::text=Os%20n%C3%BAmeros%20mostram%20que%20a,foi%20de%20R%24%207%2C889%20bilh%C3%B5es.>

Sobre o autor:

Elisa Torrecilha é aluna do bacharelado e vem comendo muitos croissants. Também agradece Triz Persoli e Vinícius Françaõ pela leitura prévia, comentários e discussão sobre o texto.

Insurgência e sujeito: Uma ode à política da autonomia

O itinerário político da greve

São todos vadios, bandidos. Colérico, um professor retira cadeiras empilhadas em frente à porta de uma sala do terceiro andar. A mãe chora a insubordinação do filho, um pedacinho de carne em fraldas que corre de um lado a outro quebrando pontas de mesa da casa. Perdas e mais perdas. Não entra na cabeça do governador uma greve estudantil, este cisticerco ingrato. O vento frio da madrugada assobia o ar rasgado pela ponta de um cassetete. Irrompe o sangue fresco de uma pequena hemorragia interna de um braço deslocado, a sombra cilíndrica de um hematoma. O movimento é, para si, subordinado

a um discurso das consequências e da polarização. A marca do medo no som de uma bomba de efeito moral ou de um email do representante discente: é o segundo domingo de maio. O estudante se torna moeda de troca na posição de aluno – é obrigado a ponderar se deve participar ou não destas lutas que a ele também se externalizam, ou se deve contrariar-se a elas pela manutenção da harmonia das atividades cotidianas. Instaura-se um ambiente de guerra: uma guerra dos afetos. As baionetas atiram diretamente nas formações subjetivas, a construção do desejo como mote da operação política é posterior ao buraco de bala cravado na 13ª costela.

Esteja aí o duelo colocado. Os cavaleiros e seus floretes são um mesmo. Um hegelianismo às avessas: em um mesmo discente conflitam seu em-si – aluno, portador de um número USP e um histórico escolar – e seu para-si – estudante, sujeito cuja vontade de fazer ciência é a mesma de se emancipar, de construir sua própria história. Rasgou-se a pele do rosto do reitor, da fenda do olho direito à boca uma protuberância que incha até a explosão. É este o cenário que nos interessa. A greve dos estudantes se torna campo de exposição de um sentimento geral da autonomia, um enfrentamento existencial das mortes como princípio de um remanejamento da forma proposicional: o aluno deixa de ser aluno para voltar posteriormente a este posto, mas agora com outra significação. Pretendemos aqui percorrer a história da greve até o momento, reescrita sob a ótica de seus mecanismos de subjetivação e embate afetivo, partindo já de seus discursos iniciais e na perpetração quase edipiana destes ainda no desenrolar dos momentos adjacentes. Este texto é uma manifestação política pessoal, não se deve tomá-lo com maior extensão que esta.

Se há de deixar claro como estamos aqui encarando a greve. A greve é, acima de tudo, uma ação enfrentativa. Não a vejo como um dispositivo extremo de reivindicação, pois que sua natureza é essencialmente diferente de qualquer outra atividade institucional. Sua ação tem o caráter de uma ruptura no tecido burocrático que forma um imaginário social. Nisto devemos aqui fazer uma separação que me parece necessária: **é preciso distinguir os discentes enquanto estudantes e enquanto alunos.** O aluno é uma posição simbólica, numa relação de poderes estrutural. Entenda aqui esta relação não interindividual, mas na marca de uma identidade construída sobre eles em uma máquina cuja expressão significativa é o burocratismo acadêmico – a matrícula, o número USP, a cadeira em que se senta em uma sala de aula, a nota de uma avaliação. A coexistência de uma multiplicidade de es-

feras n'onde este indivíduo consiste permite que se operem diversos cortes e incisões nesta identidade simbólica, não pela negação – cremos que a negação se mantenha na mesma esfera –, mas pela sua diversificação de possibilidades, especialmente quando os agentes simbólicos se apresentam fora da estrutura de valoração, como é um professor em um bar. No caso da greve, contudo, podemos pensar que duas esferas, essencialmente, se relacionam em embate: esta estrutura simbólica, como se manifesta, e um mote pessoal da permanência nela, digamos, como uma vontade de fazer ciência mas que não se liga à burocracia como está dada.

Dado isto, podemos pensar o início da greve como um conflito em cada indivíduo. E aqui temos de criticar a própria organização da greve, isto é, a falta dela: como o movimento iniciou-se de arrastão, aproveitando a energia da greve dos funcionários que o antecedeu e permeou, o conflito interno era óbvio, pois muito dificilmente se poderia aceitar uma tal ruptura simbólica nos rituais de rotina em virtude de um simples aproveitamento de mobilização. A resposta dada por agentes grevistas então, me pareceu a pior possível: após decididas as pautas da greve – ironicamente, decisão posterior ao início desta –, o discurso de adesão se fixou em uma postura de sofrimento e empatia, imprimindo naqueles que pendiam para uma posição contrária como anti-páticos e indiferentes ao sofrimento de um grupo de alunos específico. É evidente o erro aí: a posição de aluno, em cuja pele o bisturi da greve viria a incidir, não pode ser individualizada, pois é essencialmente simbólica, e a incisão não pode ser tomada como benevolência. Este discurso soou como: se você não quer greve, se não a busca, então não se importa com os sofrendores, é um indivíduo mau – um conflito em um campo, a resposta no outro. Com isso creio que se possa compreender alunos que se mantiveram contra todas as posições da greve e do comando de greve, quase que em inimizade pessoal com es-

tes. Do lado dos professores, seu lugar nesta estrutura simbólica é uma posição de poder. Ter esta posição ameaçada em uma ação autônoma dos alunos já é, a priori, mote de contrariedade.

Este discurso fragilizado, instável e moralista da empatia me parece ter finalmente entrado nos rumos da luta em seu respectivo campo após o evento do dia 10 de maio. A ocupação da reitoria feita pelos alunos se irrompeu no dia 7 de maio, em um momento no qual a greve parecia retroceder nos institutos. Seu início disperso fez com que, após os funcionários terem suas reivindicações atendidas e saírem de greve, a greve dos estudantes parecesse pouco justificada. O discurso anti-grevista busca a manutenção de um mecanismo que não é neutro ou natural, como se pretende, mas sim um mecanismo político que mantém os futuros cientistas e professores que daqui sairão subordinados aos sistemas de valores morais, econômicos e políticos dos senhores. Mas foi a reação à ocupação da reitoria que gerou uma mudança absoluta no tom das reivindicações. Quando, na madrugada do domingo de dia das mães, a polícia entrou na reitoria e, com uma truculência absurda, expulsou os alunos do prédio, a forma da repressão passou de ameaças institucionais relacionadas ao semestre letivo e se tornou um cale-se baseado na força. A imagem da contra greve passou a ser um puro tatear pela prisão, um grito choroso pela subordinação. Mas é aí que se encontra o que nos interessa.

Não existe reitoria sem alunos, não existe aluno sem estudante. Uma vez que a experiência de uma violência extrema faz com que os alunos tenham de experimentar a destruição total da leniência anterior, como uma experiência de morte da identidade institucional, não tem mais nada a perder nesta esfera. Morre com esta identidade o jogo de valores, o ganha-perde que o faz ponderar sobre a luta ou não. Lutar deixa de ser uma opção, no campo dos poderes. Ainda que a greve acabe agora, sabe-se que o inimigo continua ali, a espreita, que venceu pela dominação e que não aceitará mais nenhuma tentativa de autonomia. Com a continuidade da greve, a volta às aulas será marcada pela nova formação da identidade de aluno. A possibilidade da crítica é uma forma nova de autonomia, um horizonte diferente das decisões. Nossa posição é, explicitamente, pela continuidade da greve, portanto. É preciso que alcancemos os objetivos agora pautados – o aumento do PAPFE, especialmente –, não somente pelos ganhos diretos obtidos com isso, mas, especialmente, com o remanejar da relação aluno/universidade que daí venha, ou ainda, para evitar o remanejar que daí virá no caso da derrota. Perder seria perder também autonomia.

Sobre o autor:

Luiz G S Almeida é aluno do IF e escreve dentro de uma caixa de sapatos.



Gostaria de enviar a sua contribuição para o Boletim Supernova?

Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através do QR code!



O Analfabeto Político

O poeta, ensaísta e dramaturgo, Bertold brecht, alertou no meio do século passado, que uma das formas mais poderosas de antagonizar a causa compartilhada da luta de classes, é a negação da política como validação retórica e comportamental, de uma mediocridade latente que se ancore na ilusão de transformações espontâneas. Em suas palavras o analfabeto político é:

“O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo”.

Com o retrato enviesado da mídia burguesa uma parcela enorme da sociedade representada pelo que há de mais retrógrado, se ancora na mentira dita mil vezes de que, a luta do movimento estudantil é algo pueril e meramente simbólico e que movimentos assim, são cooptados por interesses meramente eleitoreiros e oportunistas, no entanto se esquece que as condições socialmente impostas como senso comum, no presente, são outrora diretos advindo da luta, sufragista, antimanicomial, antirracista, trabalhista e comunista, que durante diversos períodos de nossa história, arregaçaram as mangas e foram a luta, não sob a ótica de um discurso unívoco é claro, mas em prol de um ideal, de soberania popular e universali-

dade dos direitos e do acesso a condições materiais de uma vida digna, sejam com canetas ou “espadas” os nossos jamais fugiram a luta.

Na ditadura empresarial-militar o movimento estudantil, com forte presença da universidade de São Paulo, foi alvo direto da ditadura, que perseguiu e matou professores e alunos, e vimos que no ato bárbaro recém perpetrado, se mostrou ainda presente no inconsciente de uma política reacionária sob um comando reacionário e enviesado por políticas liberais e elitistas, que adorariam uma universidade mais segregada e menos diversa, como a que pouco a pouco vem sendo obtida, com luta.

Portanto, com esse cenário de desmonte e negação de conquistas históricas, somos atingidos por um inimigo nada inédito, em suma, não há espaço para aqueles que negam a necessidade de nos posicionarmos, como um corpo estudantil, que sente as dores compartilhadas da negligência, cujo o propósito é o esvaziamento da pesquisa, extensão e permanência de alunos pobres, negros, periféricos e LGBTQIA+, precisamos com urgência sim, alinhar as pautas, se organizar e sermos veementes em nossas posições, sem recuar, sem desvanecer ou se entregar ao nihilismo e a negação do papel histórico que nos é imposto. Vamos à luta!

Subscreva o autor:

Douglas J. Vieira é ingressante de 2026 no IFUSP

Apertem os cintos, o reitor sumiu!

Existe uma cena clássica de comédia — ou tragédia, dependendo do seu nível de paciência — em que alguém com autoridade decreta que um problema foi resolvido, vira as costas e sai pela porta dos fundos antes que alguém possa discordar. No cinema, a gente ri. Na vida real, a gente

está em greve.

É mais ou menos isso que acontece na USP desde as últimas três a quatro semanas.

No dia 4, a reitoria do professor Aluísio Segurado publicou um comunicado informando que as ne-

gociações com os estudantes em greve estavam encerradas. Não foi numa assembleia. Não foi numa reunião com os representantes discentes. Foi pela imprensa. O SINTUSP, sindicato dos trabalhadores da universidade, chamou a jogada pelo nome que ela merece: desrespeitosa. Afinal, havia uma nova rodada de negociação marcada para o dia 7. Os estudantes estavam o esperando para negociar os pontos de melhorias. A reitoria simplesmente não apareceu — e mandou um comunicado no Instagram, sem dar espaço a diálogos.

Mas por que a USP parou?

Para entender a greve, é preciso voltar ao dia 31 de março. O Conselho Universitário aprovou a GACE — Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas. Um bônus de R\$ 4.500 mensais para professores que assumirem “projetos estratégicos”, como ministrar aulas em inglês. Custo anual: R\$ 238 milhões. Enquanto isso, um estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica recebe R\$ 885 pelo PAPFE — o programa de assistência estudantil. Os alunos pedem que esse valor suba para R\$ 1.804, equivalente ao salário mínimo paulista. A reitoria ofereceu R\$ 912.

Para efeitos informativos, uma bolsa do PAPFE mal vale um valor de uma mensalidade de estágio para um aluno que, por exemplo, chega de outro estado e precisa se estabilizar na Cidade Universitária para seu começo de jornada acadêmica.

Aí, você faça as contas em casa. Depois, tente explicar para um estudante que trabalha de dia e estuda à noite por que a universidade tem R\$ 238 milhões para um bônus docente, mas não consegue chegar nem perto do mínimo para manter seus alunos alimentados e com teto.

Mais de 130 cursos estão, neste momento, paralisados. Foram quase 20 horas de negociação em três reuniões. E então a reitoria decidiu, so-

zinha, que estava satisfeita com o próprio resultado — e comunicou o encerramento como quem manda uma nota de cancelamento de serviço.

O golpe de misericórdia: as três pararam mesmo!

O movimento não ficou quieto dentro do Butantã. Na segunda-feira (4/5), estudantes das três universidades estaduais paulistas — USP, UNESP e UNICAMP — protestaram em frente ao prédio onde se reunia o CRUESP, o Conselho de Reitores, na República. A UNESP paralisou na terça e na quarta. O DCE da UNESP foi direto: a instituição enfrenta uma crise na “precarização do ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil”. Na UNICAMP, a assembleia aconteceu hoje, 7 de maio, e o resultado foi direto: greve deflagrada para segunda-feira, com adesão dos docentes (coisa que ainda não aconteceu na USP: os docentes aderirem em conjunto). As três maiores universidades estaduais paulistas estarão, pela primeira vez neste ciclo, paralisadas ao mesmo tempo.

Enquanto isso, o CRUESP encerrou sua última reunião com o Fórum das Seis — articulação que reúne representantes de docentes, funcionários e alunos das três universidades e do Centro Paula Souza — sem acordo salarial. O reajuste oferecido: 3,6%, atrelado à inflação pelo IPC-Fipe. A reivindicação do Fórum: 15,97%, para recompor o poder de compra perdido desde 2012.

E o governador Tarcísio de Freitas, questionado, disse que a greve tem “cunho político” e defendeu a autonomia das universidades na gestão dos próprios recursos. Tradução livre: **“não é problema meu”**.

Os próximos passos da greve unificada

Hoje, 7 de maio, o SINTUSP realizou assembleia e votou pela continuidade da greve dos trabalhadores da USP por tempo indeterminado. Na UNICAMP, outra assembleia aprovou greve a partir

de segunda-feira — com os docentes incluídos na paralisação. A próxima reunião de negociação com o CRUESP está marcada para o dia 11. Há um ato convocado para o mesmo dia, às 13h, na reitoria da UNESP.

A reitoria da USP decretou que a conversa acabou. Os trabalhadores responderam na mesma tarde: ela não acabou. Os docentes da UNICAMP responderam hoje: ela está só começando.

Quando uma instituição anuncia que a negociação encerrou antes que o outro lado concorde,

ela não está administrando um conflito — ela está ignorando toda uma comunidade e com propósito perverso. E comunidades ignoradas não desaparecem num passe de mágica. Elas ocupam corredores, trancam portões, fazem barulho até que alguém na sala da reitoria precise, de fato, decolar esse avião.

O piloto pode ter sumido. A aeronave ainda está no ar e a tripulação sente a turbulência, sem mais espaço para a paciência.

Sobre o autor:

Camila Leite é aluna da licenciatura em física.

Coletânea de Registros

Aprecie as fotografias tiradas por alunos durante este período de greve.



Ato 13.05
Anônimo



Ocupação da reitoria
Hugo Menhem



IF por entre bandeiras
Maria Dressano



Paralisação 14.04
Bruno Hering



USP EM GREVE
Frederico Gracie



Assembleia viva no edifício Vilanova Artigas
Hugo Menhem

N.E: Sob o cenário atual da Universidade, não abriremos espaço para artes não políticas até que se decrete o fim da greve. As artes enviadas provavelmente serão utilizadas em edições futuras.



*Gostaria de enviar a sua contribuição para o
Boletim Supernova?*

*Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através
do QR code!*



Repases dos Representantes Discentes

Repasse da Reunião Ordinária da Comissão Coordenadora do Curso do Bacharelado de 24/04/2026

Inicialmente, foram feitos dois informes:

- a) deu-se as boas vindas à professora Carla Goldman como representante do DFGE (Departamento de Física Geral) na COC-B,
- b) a emissão exclusivamente digital de diplomas a partir de 01/04/2026.

O Professor Alexandre Correia levantou uma questão **extremamente delicada**: por um erro de comunicação entre os funcionários da CG (Comissão de Graduação), o processo de renovação do curso de bacharelado ficou atrasado. Desse modo, os trâmites com a pró-reitoria de graduação foram encaminhados, e o processo já foi enviado ao parecerista. No entanto, o curso corre o risco de ficar “irregular” por algum tempo, de modo que não será possível emitir diplomas por alguns meses, no início do próximo ano. Os professores presentes e o RD (representante discente) concordaram que isso deveria ser apontado na próxima reunião da Congregação, de modo que não se repita o erro, similar à forma como ocorreu com a nota da pós-graduação. Além disso, pressionar a PRG (Pró Reitoria de Graduação) para que acelere-se o processo e não ocorra tal irregularidade.

Em seguida, apresentou-se sobre o curso no Guia do Estadão, que está sendo respondido neste momento. Na última reunião, foi comentado sobre inúmeras reclamações sobre o docente de Vetores e Geometria (Prof. Odilon, do IME). Atualizações sobre essa situação (desfecho positivo): o IME autorizou a troca de docente e pedido de abertura de sindicância contra o docente. Isso mostra que a reclamação para a COC-B, em casos de emergência como esse, traz resultados positivos - por isso, usem o for-

mulário de falar com a COC =)

Sobre o autor:

Ryan Issa Sabha de Oliveira é RD da COC-B e aluno do bacharelado em física.

Repasse da Reunião Ordinária da Congregação de 30/04/2026

A reunião da Congregação começou com pautas aparentemente simples. Primeiro foram homologadas as indicações da Profa. Carla Goldman junto à COC-Bach (Comissão Organizadora do Bacharelado) e do Prof. Germano Penello à COC-Lic (Comissão Organizadora da Licenciatura), ambos com mandato de 3 anos. Em seguida, eram sugeridas duas renovações do Termo de Colaboração (Profa. Suzana Salem e Prof. Paulo Artaxo) e uma aprovação do Termo de Colaboração do Prof. Élcio Abdalla. Esse termo permite com que o professor continue colaborando com o seu departamento como Professor Sênior (aposentado). Os dois primeiros foram aprovados de unanimidade, como de costume, mas a aprovação do Prof. Élcio Abdalla gerou grandes discussões. Essa discussão já havia sido iniciada dentro do DFGE (Departamento de Física Geral), mas foi aprovada e levada à Congregação. Os motivos variaram entre um histórico enorme de conflitos interpessoais do professor com outros colegas até a obtenção de um cargo relacionado ao governo da Paraíba. A Congregação negou, na votação, a continuação do Professor, com 21 votos contrários, 18 abstenções e 5 favoráveis. Houveram ainda manifestações do Prof. Adriano Alencar e da Diretora Kaline Coutinho sobre os próprios votos e seus motivos de serem contrários (novamente conflitos interpessoais e deflagrações de brigas).

Posteriormente houve uma discussão breve sobre o número de professores titulares em cada departamento (já que a maioria estava aposen-

tando), durante uma pauta sobre outro assunto. Foi aprovadas inscrições e banca de um concurso do DFAP (Departamento de Física Aplicada) de “Sistemas Dinâmicos Caóticos” e o edital de abertura de um concurso no DFNC (Departamento de Física Nuclear) de “Física Aplicada com Feixes de Núcleos estáveis e/ou instáveis”, ambos para Prof. Doutor.

Um outro ponto de discussão foi quando foi passada uma alteração na estrutura da 2ª fase da FUVEST 2028 para o bacharelado e a licenciatura em Física. A alteração basicamente muda quais são as opções possíveis de prova no 2º dia para cada curso, e a opção “metade matemática metade física” não existe mais, fazendo com que os cursos de matemática aplicada se separem do bacharelado em Física na carreira. A discussão foi basicamente uma reclamação da Diretora quanto aos representantes do IF nas comissões a nível USP, e a falta de comunicação deles sobre o que está acontecendo, já que essa alteração na FUVEST chegou de surpresa pra Congregação inteira e poderia ter sido discutida anteriormente.

Outro ponto de grande discussão que aconteceu foi em uma próxima pauta, da aprovação do relatório síntese da renovação do reconhecimento da licenciatura em Física. O que aconteceu é que, de acordo com o presidente da CG (Comissão de Graduação), Prof. Oscar Éboli, houve um grande erro de comunicação e encaminhamento, e esse relatório deveria ter sido entregue anteriormente (tanto do bacharelado quanto da licenciatura). A situação já está meio que resolvida, mas pode ser que, de acordo com a Profa. Kaline Coutinho, haja um atraso no reconhecimento desses cursos e que fiquemos de 4 à 6 meses (não sabemos a partir de quando) sem poder emitir diplomas.

Havia uma votação de uma proposta de Regimento do IFUSP nova, mas não havia quorum privilegiado, então o item foi retirado de pauta.

Por fim, de relevante, o presidente da CPG (Comissão de Pós-Graduação), Prof. Márcio Varella, fez uma pequena apresentação sobre um curso do coursera no assunto “Boas Práticas Científicas” que disserta em uma parte sobre uso de IA Generativa para escrita de textos, já que disse que dúvidas sobre o seu uso eram frequentemente perguntadas. Há resoluções da USP sobre esse assunto sendo escrita e deve sair em breve. Ainda menciona que, finalmente, foi feita a emissão de diploma simbólico de homenagem post mortem de mestrado para a aluna Larissa, que faleceu em 2023.

Ainda ao final, a Diretora fez uma rápida fala cobrando os discentes de juntarem seus problemas e levarem eles à CIP (Comissão de Inclusão e Pertencimento) e outros órgãos rapidamente, fazendo uma crítica ao movimento grevista.

Sobre o autor:

Adhara Guimarães é RD da Congregação e aluna do bacharelado em física.

Repasse da Reunião Ordinária do Conselho Técnico-Administrativo de 14/05/2026

Dentre os itens da pauta, destaco o assunto de deliberação do Projeto Acadêmico. O Projeto Acadêmico é um documento produzido pelo IFUSP e enviado para a Reitoria com todos os objetivos que devem ser alcançados pela unidade dentro um determinado período. Como já comentado no repasse do CTA de março, foi dada a permissão para fazermos alterações no nosso projeto acadêmico que já está em vigor (<https://portal.if.usp.br/diretoria/pt-br/diretrizes>) e o prazo para a entrega do projeto com as alterações foi estendido até Agosto. Porém, é importante frisar que este prazo é para o projeto estar pronto e aprovado, o que implica já ter passado pela Congregação. Idealmente, o projeto é apresentado na Congregação de Junho e aprovado na Congregação de Julho (mas, no ano passado, não tivemos uma Congregação

em Julho e sim duas em Junho, o que imagino que irá se repetir este ano e acaba encurtando nosso prazo para fazer alterações que sejam pedidas pela Congregação).

Além dos itens da pauta, era inevitável ter uma discussão sobre a greve. Esta discussão acabou por não ser muito produtiva, visto que não tínhamos uma quantidade equilibrada de estudantes, docentes e funcionários; prevalecendo a opinião dos docentes. Esta opinião dos professores presentes, ao meu ver, era majoritariamente contrária à greve dos estudantes - muitos deles dizendo que não é legítima - e (naturalmente) não se posicionaram favoráveis a ajudar a construí-la nem impedir possíveis retaliações. As principais frases ditas foram “os alunos querem terceirizar a responsabilidade para a diretoria” e “eles são adultos e têm que ser responsáveis por suas ações”. Alguns docentes presentes afirmaram que reprovações em massa podem ser uma das consequências e que talvez sejam precisas para que os estudantes entendam a gravidade de suas ações.

Sobre o autor:

Triz Persoli é RD do CTA e aluno do bacharelado em física.

Repassa da Reunião Ordinária da Comissão de Graduação de 15/05/2026

Foram emitidas as primeiras versões da carga didática do segundo semestre de 2026, podendo ser encontradas diretamente no site do IFUSP. Pedidos dos alunos, abaixo-assinados, e mudanças de horários ainda estão sendo discutidos e devem ser encaminhados para a próxima reunião. No tópico de distribuição de disciplinas, foi aprovado que a partir de 2027, o curso de Mecânica Estatística terá seu semestre ideal alterado: passando a ser oferecido no 7º semestre do bacharelado diurno e astronomia, e no 8º semestre do bacharelado noturno (até 2026 eram respectivamente 6º e 5º). A intenção da mudança é melhor distribuir as disciplinas avançadas e instruir que os alunos façam os cursos de Mecâ-

nica 1 e Mecânica Quântica 1 antes da disciplina, embora seus pré-requisitos não sejam alterados. Outra alteração com impactos futuros na distribuição é a proposta de alterar o sistema de “equipamentos de laboratório”, com intenção de apresentar maior oxigenação entre os docentes que lecionam estes cursos; o planejamento dessa mudança está sendo discutido localmente em cada departamento.

Em um encaminhamento da professora coordenadora do curso de física médica, será feito um pedido para que todos os professores disponibilizem o planejamento das disciplinas no início do semestre, informando datas de prova, avaliações, e etc. Discutiu-se um plano futuro de unificar estes dados em um calendário de disciplinas do IF, que ainda não será implementado este ano. No que tange o andamento das disciplinas, será encaminhado um questionário da Pró Reitoria de Graduação (PRG) de avaliação de disciplinas paralelo ao das coordenações do curso, e terá respostas dos alunos e docentes ao final do semestre, referentes à qualidade da disciplina. Outra proposta em deliberação foi a criação de mecanismos de avaliação de cursos em “situações graves”, por exemplo o cenário ocorrido em Vetores e Geometria noturno em 2026; seu propósito é melhor atender aos estudantes ingressantes que não conhecem os meios de reclamação ou denúncia, bem como as expectativas sobre docentes da universidade.

Duas disciplinas da física médica tiveram seus critérios de matrícula alterados. A primeira, Integração de Conceitos Básicos de Matemática e Física (4300207), passa a ser uma optativa eletiva (ao contrário de optativa livre), como facilitador para a inscrição dos alunos; em um curso que não distingue as optativas, essa decisão não afeta os ingressantes. A outra se refere a MDR0647 - Estágio Hospitalar Geral, cujo pré-requisito é, atualmente, a conclusão de 70% dos créditos, e será atualizada para, ao invés da porcentagem, requerer: Física das Ra-

dições I (4300437); Laboratório de Dosimetria (4300439); Equipamentos Médico-Hospitalares I (MDR0636); Medicina Nuclear (MDR0641); Radioterapia (MDR0642); Proteção Radiológica I

(MDR0640); e agora essa passa a contar 35 créditos de AEX.

Sobre o autor:

Murilo Trevisan é RD da CG e aluno do bacharelado em física.

Repasse Financeiro do CEFISMA de Abril

O mês de abril começou com a perspectiva de ser um período mais estável financeiramente, voltado principalmente para a recomposição do caixa, assim como foi o mês de Março, tradicionalmente marcado pela ausência de grandes eventos. A expectativa inicial era de que houvesse apenas despesas recorrentes, como os repasses às entidades, custos de limpeza e aquisição de produtos para manutenção do espaço.

No entanto, o cenário se alterou significativamente com a paralisação e, posteriormente, o início da greve aprovada pela comunidade IFUSPiana. Com a intensificação das atividades de mobilização e a permanência de estudantes no instituto, inclusive durante a noite, surgiram novas demandas operacionais e estruturais.

Nesse contexto, houve aumento nos gastos relacionados à alimentação, contemplando desde cafés da manhã até refeições coletivas, como pizzas organizadas para reunir e apoiar as pessoas que permaneceram ao longo do dia nas atividades de mobilização. Também ocorreram despesas com transporte, especialmente para garantir a participação de membros do comando de greve em reuniões e atividades externas em horários nos quais o transporte público não atende adequadamente às necessidades.

Além disso, o período manteve despesas recorrentes importantes, como os custos de limpeza e manutenção do espaço Amélia, serviços contábeis, tarifas bancárias e os repasses destinados às entidades e coletivos estudantis.

Apesar do aumento inesperado nas despesas decorrentes da greve e da paralisação, o mês apresentou um resultado financeiro positivo. As principais receitas continuaram sendo provenientes dos aluguéis, além de arrecadações por vendas e pequenas receitas financeiras ao longo do período. Com isso, Abril encerrou com um superávit de R\$ 2.092,21, permitindo a continuidade de um caixa saudável e garantindo condições para manter o apoio aos coletivos, entidades e ao corpo estudantil de forma financeiramente sustentável.

Nosso contador tem acesso a essas informações e, a partir delas, elabora as tabelas disponíveis no site www.cefisma.com.br/transparencia. Se você tiver qualquer dúvida sobre esse processo, pode conversar com os tesoureiros do CEFISMA Popular.

Sobre a autor:

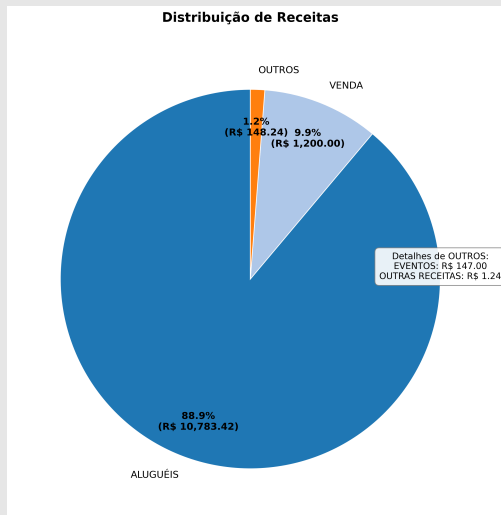
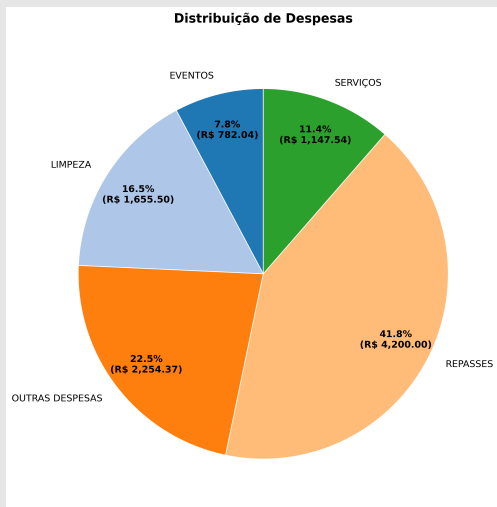
Gabriel Oliveira é mestrando em HEP, Membro do Comando de Greve e militante da UJC e do PCBR.



Gostaria de enviar a sua contribuição para o Boletim Supernova?

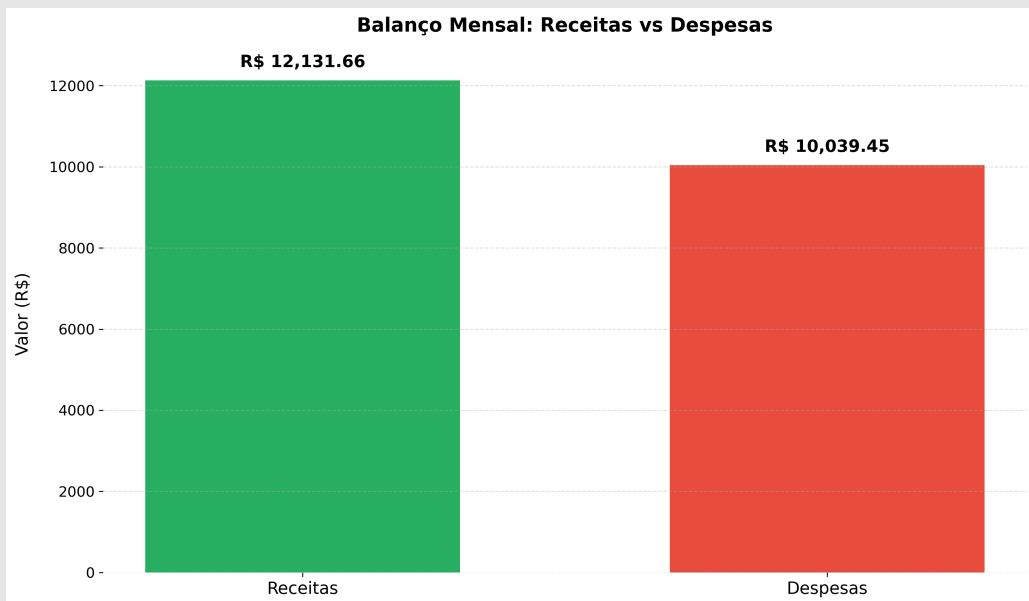
Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através do QR code!





Distribuição de Despesas no mês de Abril

Distribuição de Receitas no mês de Abril



Balanco do mês de Abril

Trabalho Editorial

Maria Dressano
dressano@if.usp.br

Hugo Menhem
hugo.menhem@usp.br

Triz Persoli
beatriz.persoli@usp.br

Elisa Torrecilha
etorrecilha@usp.br

A greve estudantil da USP de 2026 é um tópico de discussão importante para a comunidade IFUSP. Diante disso, a equipe Supernova decidiu fazer da 14ª edição do Boletim Supernova um espaço para que as pessoas da física possam publicar seus textos de opinião e registros sobre a greve. Por conta dessa decisão, não tivemos as seções tradicionais de Coletânea de Artes, Problemas de Física e Matemática e Mural de Avisos; todas as artes que já foram enviadas potencialmente serão publicadas numa próxima edição.

Damos destaque no novo endereço de email da equipe Supernova! Para contactar a equipe Supernova temos (agora) dois endereços: *boletimsupernova@gmail.com* e *supernova@cefisma.org.br*.

Avisamos, também, que neste período de greve a equipe Supernova publicou os Folhetins Supernova - edições com quatro páginas de texto informativo sobre os acontecimentos de uma determinada semana da greve. Os folhetins, assim como os boletins, estão disponíveis no site do CEFISMA, <https://cefisma.com.br/supernova/>.

Novamente, agradecemos a Olga Ismael, por ceder suas incríveis astrofotografias para uso no boletim. Confira seu trabalho no Instagram *@olga.backyard*.

Como participar?

Textos do boletim e Coletânea de Artes

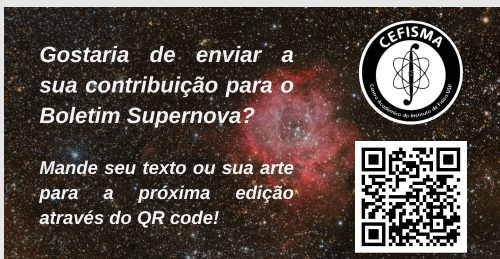
Para participar é simples: basta mandar obras de sua autoria no formulário que enviamos todo mês nos grupos de Whatsapp da física (ou nos QR-codes presentes no boletim)! O formulário esta sempre aberto esperando sua contribuição.

Problemas de Física e Matemática

Gostou dos problemas? Você pode nos mandar sua solução para um dos nossos endereços de email *boletimsupernova@gmail.com* e *supernova@cefisma.org.br*, ou para algum editor e, além da solução, pode nos sugerir novos problemas para colocar nas edições!



Mural de Avisos

Quer colocar algo no Mural de Avisos para compartilhar com a comunidade IFUSPiana? Mande seu aviso (uma imagem acompanhada de um pequeno texto) através do formulário do Boletim Supernova ou por um dos nossos endereços de email *boletimsupernova@gmail.com* ou *supernova@cefisma.org.br*.



Gostaria de enviar a sua contribuição para o Boletim Supernova?

Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através do QR code!



Editor

Um editor do Supernova participa das decisões coletivas sobre o processo criativo do boletim, tem ideias para melhorar ou gostaria de participar de um projeto pensado nos estudantes? Converse com algum editor: temos uma comunidade no Whatsapp para os participantes e estamos sempre abertos a novos membros!

Sugestões

Por fim, estamos sempre abertos a sugestões, sejam elas para novos blocos ou possíveis melhoras nos atuais, queremos ouvir os estudantes! Para mandar sugestões, mande pelo nosso e-mail ou fale com algum editor.



*Gostaria de enviar a sua contribuição para o
Boletim Supernova?*

*Mande seu texto ou sua arte para a próxima edição através
do QR code!*

